



## Imperial Colégio Militar do Brasil: educação, políticas e práticas institucionais para a infância<sup>1</sup>

*Imperial Military College of Brazil: education,  
policies, and institutional practices for childhood*

*Colegio Militar Imperial de Brasil: educación,  
políticas y prácticas institucionales para la infancia*

**Rosiane da Silva Barbosa<sup>2</sup>**

 [0009-0006-7435-6968](https://orcid.org/0009-0006-7435-6968)

**Maria Nilvane Fernandes<sup>3</sup>**

 [0000-0002-3420-2714](https://orcid.org/0000-0002-3420-2714)

**Nayara de Souza Costa<sup>4</sup>**

 [0000-0002-3155-2487](https://orcid.org/0000-0002-3155-2487)

**Resumo:** O artigo objetiva compreender as bases históricas e educacionais do primeiro Colégio Militar inaugurado no Brasil, em 1889, bem como suas práticas institucionais voltadas à infância no século XIX. A pesquisa é exploratória, documental e bibliográfica, com enfoque no Decreto nº 10.202/1889, que aprovou o Regulamento do Imperial Colégio Militar. Em suma, desde sua origem, os princípios liberais marcaram profundamente a constituição da infância escolarizada nas instituições militares brasileiras.

**Palavras-chave:** Educação. Infância. Imperial Colégio Militar. Práticas Institucionais. Pedagogia do Internato.

**Abstract:** The article aims to understand the historical and educational foundations of the first Military College established in Brazil in 1889, as well as its institutional practices directed toward childhood in the nineteenth century. The research is exploratory, documentary, and bibliographic, with a focus on Decree No. 10.202/1889, which approved the Regulations of the Imperial Military College. In summary, since its origin, liberal principles have profoundly shaped the constitution of schooled childhood within Brazilian military institutions.

**Keywords:** Education. Childhood. Imperial Military College. Institutional Practices. Boarding School Pedagogy.

**Resumen:** El artículo tiene como objetivo comprender las bases históricas y educativas del primer Colegio Militar inaugurado en Brasil, en 1889, así como sus prácticas institucionales dirigidas a la infancia en el siglo XIX. La investigación es de carácter exploratorio, documental y bibliográfico, con énfasis en el Decreto n.º 10.202/1889, que aprobó el Reglamento del Imperial Colegio Militar. En suma, desde su origen, los principios liberales marcaron profundamente la constitución de la infancia escolarizada en las instituciones militares brasileñas.

**Palabras-clave:** Educación. Infancia. Colegio Militar Imperial. Prácticas Institucionales. Pedagogía del Internado.

<sup>1</sup> O artigo recebeu financiamento da Universidade Federal do Amazonas - UFAM), sob fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

<sup>2</sup> Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM, com bolsa de pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM. *Lattes:* [4794352542883772](https://lattes.cnpq.br/4794352542883772) - *E-mail:* [rosianebs20@gmail.com](mailto:rosianebs20@gmail.com).

<sup>3</sup> Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá - UEM. Professora Adjunta da Universidade Federal do Amazonas - UFAM e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da mesma instituição de Ensino Superior. *Lattes:* [3429086275125541](https://lattes.cnpq.br/3429086275125541) - *E-mail:* [nilvane@gmail.com](mailto:nilvane@gmail.com).

<sup>4</sup> Mestra em Educação pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Professora Substituta da Universidade Federal do Amazonas - UFAM e Professora da Educação Básica vinculada a Secretaria Municipal de Educação de Manaus. *Lattes:* [9756090125801120](https://lattes.cnpq.br/9756090125801120) - *E-mail:* [axnayara@gmail.com](mailto:axnayara@gmail.com).

## Introdução

Este artigo objetiva compreender as bases históricas, educacionais do primeiro Colégio Militar inaugurado no Brasil (1889), bem como as suas práticas institucionais voltadas à infância no século XIX. Tal proposta parte da seguinte problemática: o modelo do Colégio Militar implementado no Brasil seguiu os parâmetros dos colégios-internatos franceses do século XV? De modo a responder este questionamento, realizou-se uma pesquisa exploratória de aproximação com objeto no âmbito da pós-graduação; documental com a análise do Decreto nº 10.202 promulgado em 9 de março de 1889, que aprovou o Regulamento do Imperial Colégio Militar<sup>4</sup>, e; bibliográfica, pelo resgate das pesquisas disponíveis sobre o tema que envolve objetivos sociopolíticos específicos que refletem atualmente com os Colégios Militares e as escolas cívico-militares (Severino, 2016).

A preparação militar não é uma preocupação recente tampouco um interesse exclusivamente nacional no Brasil. Na antiguidade egípcia, havia a educação físico-militar para a preparação para as guerras; em Roma a educação moral e cívica preparava os cidadãos para o uso das armas e para a guerra; na Alta Idade Média (Séc. V ao Séc. X) a situação educativa se acentuava entre o dizer e o fazer, sendo que na época carolíngia os homens podiam ser de espada ou de pena; na Baixa Idade Média (Séc. XI ao XV), a educação cavaleiresca visava a honra e o comportamento moralmente correto. De modo geral, essa educação ocorria pelas experiências e observações, logo, sem espaços institucionalizados (Manacorda, 2022).

Na passagem do século XVI para o século XVII, praticamente, não havia, na Europa Ocidental, sistemas obrigatórios de educação e currículos fixos, uma vez que apenas um pequeno número de crianças chegava às escolas, ainda que isso representasse um progresso em relação à situação existente na Idade Média. A partir desse contexto, houve uma profusa multiplicação de colégios modernos, dotados de um perfil característico, marcado pela concentração de cursos no seu interior, com definição de espaços específicos, organização em classes e séries, por programas centrados no ensino do latim e do grego, bem como pelo controle dos conteúdos aprendidos, pela supervisão e pela disciplina (Costa, 2024).

---

<sup>4</sup> Optou-se por utilizar a grafia atualizada *Imperial Colégio Militar* com o objetivo de facilitar a leitura e a compreensão do texto, preservando, contudo, a referência histórica à instituição criada no período imperial.

Esses estabelecimentos consolidaram-se como instituições produtoras e reprodutoras de uma cultura geral distintiva, sobretudo entre os segmentos burgueses, que constituíam a origem social predominante nos principais colégios europeus, especialmente na França (Conceição, 2019). Tais elementos, originalmente vinculados à formação moral e intelectual das elites, estruturaram a vida escolar e o processo formativo, dando unidade, continuidade e coerência à experiência educativa, características que permanecem como herança histórica até hoje nesse tipo de instituição. Essas instituições, inicialmente, eram formas de acolhimento, organização da vida estudantil e viabilização do acesso ao ensino e, acima de tudo, em contextos urbanos e universitários, posteriormente, se tornaram de fato, colégio-internato, quando “[...] o uso dessas casas (colégios) se tornou comum. Nessa fase eram os mestres que vinham aos estabelecimentos ministrar as aulas. Assim, o pensionato tornou-se escola” (Conceição, 2019, p. 109). Tais colégios recebiam os filhos dos burgueses e dos cavaleiros pobres que dispunham de um lugar diferenciado na sociedade, enquanto uma parte dos filhos dos nobres era ensinada por preceptores particulares (Costa, 2024).

O nascimento das universidades europeias, a transformação das escolas catedrais, existentes desde o período da Alta Idade Média e a criação de outros modelos, que atendessem aos interesses sociais daquele contexto contribuiu para modificar vagarosamente a realidade educacional, já que poucas pessoas sabiam ler e escrever naquele contexto, inclusive os nobres: “Desenvolvem-se os Colégios de fundações (*Public Schools*) [...] para os filhos da burguesia e *dos cavaleiros pobres*; os ricos eram educados por preceptores [...] (Luzuriaga, 1990, p. 114, *grifo nosso*). Esse movimento inaugurou o surgimento da escola militar moderna no século XVI, entendida não ainda como academia técnica especializada, mas em uma forma escolar disciplinar e institucionalizada que antecedeu os colégios militares modernos dos séculos XVII e XVIII.

No século XVII, o colégio militar passou a ser sistematizado estruturando a formação técnico-científica de oficiais sob controle estatal. Os seus efeitos refletiram nos modelos educacionais que surgiram nesses períodos, dentre os modelos, a *educação da cavalaria* com fidelidade e obediência. O ideal perfeito de cavaleiro necessitava de um longo aprendizado (espiritual e físico) e uma cerimônia de formação que só era possível a quem tinha o privilégio de pertencer a determinada classe social (Larroyo, 1970).

Entretanto, ao longo do século XVII, esse modelo de formação, restrito à aristocracia e fundamentado em valores de honra e ética cristã, passou a coexistir com novas formas de instrução voltadas à profissionalização da guerra, marcadas pela racionalização do ensino, pela centralidade da disciplina e pela crescente intervenção do Estado, antecipando o movimento de racionalização, controle e utilitarismo da educação no século XVIII.

Tal situação foi evidenciada quando no século XIX. Em 1º de maio de 1802, que no calendário gregoriano correspondia a 11 de Floreal de 1802, Napoleão Bonaparte proclamou a *Lei sobre a Instrução Pública*, cuja divisão da instrução era assim apresentada: Escolas Primárias, Escolas Secundárias, Liceus, Escolas Especiais e a *Escola Especial Militar*. Essa última seguindo a norma deveria ser instalada em um lugar forte da República para o ensino da arte da guerra; deveria compor o Ministério da Guerra com um batalhão de 500 alunos para serem habituados do serviço e disciplina militar e a cada ano 100 dos liceus e 150 dos outros grupos (pensionistas e externos) seriam mantidos às expensas da República, que pela conduta e talento poderiam servir ao Exército (Costa, 2024).

Dessa forma, os colégios militares podem ser compreendidos como expressão de uma pedagogia de internar e disciplinar, cuja origem remonta à consolidação histórica dos colégios-internatos, nos quais o controle institucional da vida escolar se sobrepunha à autonomia pedagógica e à pluralidade formativa, na medida em que “Na pedagogia do internato, o tempo e o espaço eram organizados para enfrentar as ameaças e tentações externas e separar a criança do mundo adulto” (Conceição, 2019, p. 10).

Essa característica também pode ser observada com a implementação do primeiro colégio militar no Brasil, inicialmente denominado Imperial Colégio Militar. Conforme Saviani (2013), às instituições surgem a partir das necessidades humanas, embora nem todas elas exijam a existência de alguma instituição para ser atendida. Logo, é a partir das intenções deliberadas que a educação se institucionaliza e que as instituições se tornam educativas, pois assim conseguem produzir e reproduzir seus agentes internos a partir dos seus interesses, como foi/é o caso dos colégios militares.

### **O primeiro do Colégio Militar no Brasil: processos históricos e educativos**

O século XIX foi marcado internacionalmente pela efervescência da industrialização, logo, pela mudança nas relações sociais e de trabalho. Além disso, é lembrado pelas

revoluções de um proletariado que concentrado nas cidades e explorados em coletivo, se puseram a exigir os direitos burgueses para si e pela transição dos governos monárquicos – onde a sucessão de poder tinha uma explicação divina e sanguínea – para um modelo republicano, em que se elege por votação.

Segundo Silva (2014), o governo monárquico é caracterizado por: uma forte concentração de poder nas mãos da corte, grande hierarquia social, elementos de autoridade divina, conservadorismo, nacionalismo e, por fim, o militarismo, que consiste em um elemento central na manutenção da ordem interna e na expansão do Império. E foi nesta conjuntura que ocorreu o movimento histórico de criação de um Colégio Militar no Brasil, encabeçado pelo Senador do Império, Luís Alves de Lima e Silva – o Duque de Caxias. Em 1853. O então senador e militar, propôs a criação de um Colégio com a intenção de que tal instituição assistisse os filhos dos feridos ou mortos em favor da honra nacional.

Posteriormente, a eclosão da guerra do Paraguai (1864-1870), fez crescer no Império um sentimento de exaltação do Exército, o que contribuiu para que em 1865 fosse almejada a criação da *Sociedade do Asilo dos Inválidos da Pátria* para “[...] auxiliar o Governo Imperial no amparo aos ‘servidores da paz’ (militares), fossem eles nacionais ou estrangeiros (como a legislação menciona), residentes ou não do Império, que estivessem na sua velhice ou feridos na guerra e não pudessem mais prestar serviços” (Barbosa, 2024, p. 22). Um dos seus objetivos, era o de “[...] proteger a educação dos órfãos, filhos dos militares mortos em campanha, ou mesmo quando destacados no serviço das armas” (Cunha, 2007, p. 6).

A Revolução Industrial motivou a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre em vários países, além disso, a Independência dos Estados Unidos (1776) e a Revolução Francesa (1789), mobilizaram um movimento liberal na educação que produziu a expansão da instrução escolar:

[...] aquilo que hoje se conhece como escola é produto e, ao mesmo tempo, elemento constituinte da sociedade burguesa [...] o liberalismo passou a constituir-se na ideologia da burguesia em ascensão e do modo de produção capitalista em expansão [...] o capitalismo e sua ideologia, o liberalismo, mantiveram desde o início uma relação ambígua e até conflituosa com a escola, porquanto esta, se por um lado se afigurava necessária, por outro despertava temor (Ferraro, 2009, p 308-309).

Nesse sentido, o liberalismo, como ideologia da burguesia em ascensão e do capitalismo em expansão, estabeleceu com a escola uma relação ambígua: ao mesmo tempo em que a tornava necessária, também temia seus possíveis desdobramentos, marcando o

período de implantação do primeiro Colégio Militar do Brasil em 1889, no Rio de Janeiro, a capital do Império. Planejada e estruturada meses antes do golpe republicano, é uma instituição sustentada por princípios que insistem em permanecer sobrepondo-se, inclusive, aos princípios liberais republicanos.

Em 25 de abril de 1888, uma Resolução Imperial submeteu os direitos e obrigações da Sociedade dos Inválidos da Pátria e de um Colégio Militar que se pretendia instalar junto à Associação Comercial. Assim, em 9 de março de 1889, foi assinado o Decreto Imperial n.º 10.202, que criou oficialmente o Imperial Colégio Militar da Corte e aprovou o seu Regulamento. Conforme Ghiraldelli (2001), esse período é caracterizado pelo entusiasmo pedagógico de extensão da escola elementar ao povo, onde as famílias passaram a ver as carreiras burocráticas e intelectuais como vias promissoras. O seu ápice ocorreu em um momento de euforia pela mudança do regime político, qual seja, entre 1887 e 1896.

Portanto, a história da organização do primeiro Colégio militar do Brasil nos leva a concluir que essa modalidade de ensino foi uma instituição pensada no período Imperial, logo, sustentada em um pensamento de mundo conservador em face do contexto pós-revolução francesa. Lima, Golbspan & Santos (2022), abordam o conservadorismo e dão uma característica ao conceito, dividindo-o em quatro grupos: neoliberais, neoconservadores, populistas autoritários e a nova classe média profissional. Esses grupos formam, então, o que os autores denominam de aliança conservadora, ligados a interesses religiosos e de mercado.

Apesar de cada um defender uma prática social distinta, eles se unem em um novo bloco hegemônico em prol de interesses comuns na manutenção da hegemonia.

Na disputa pela hegemonia, os diversos grupos e forças sociais permanecem em tensão permanente, ao passo que os grupos favorecidos precisam encontrar formas de manter e atualizar suas condições hegemônicas, ainda que para isso precisem se aliar, sob determinadas condições, a grupos com interesses conflitantes (Lima, Golbspan & Santos, 2022, p. 6).

O Imperial Colégio Militar do Brasil insere-se nesse contexto, no qual instituições conservadoras e liberais, apesar de suas diferenças de posicionamento, seguem um mesmo caminho: a consolidação de valores como a tradição, a moral, a autoridade e o patriotismo.

Apesar disso, a instituição possui preceitos e se organizou sob princípios próprios do mundo liberal que se formava, visto ser articulada no âmbito de uma instituição privada, a Associação Comercial, tendo sido colocada em vigência no período republicano, depois de

1889. Conforme Cunha (2007), as aulas iniciaram no dia seis de maio após 1889, com 45 alunos matriculados que, ao fim do ano, já somavam 120.

Conforme estabelecido no artigo 1.º do Decreto Imperial, o instituto foi destinado à instrução e educação militar, recebendo, “[...] gratuitamente, os filhos dos officiaes effectivos, reformados e honorarios do Exercito e da Armada; e, mediante contribuição pecuniaria, alumnos procedentes de outras classes sociaes” (Brasil, 1889, art. 1.º). Ou seja, aqueles que não eram filhos de oficiais deveriam contribuir financeiramente para frequentar a instituição, numa lógica evidentemente liberal.

Dessa maneira, é perceptível que a instituição, apesar de ser orientada por princípios conservadores como a valorização da tradição, centralidade da moral, patriotismo, autoridade e hierarquia, apresentou, desde a sua fundação, uma característica contemporânea, ou melhor, neoliberal: a não gratuidade da educação. Ou seja, naquele contexto, tratava-se de uma educação a ser vendida conforme os preceitos liberais.

#### *Organização institucional: disciplina, vigilância e controle*

No Regimento do Imperial Colégio Militar, a escola contava com diferentes demandas de profissionais que atuavam tanto no ensino, quanto nas atividades complementares que são responsáveis pela vigilância cotidiana dos estudantes, já que a instituição funcionava em regime de internato a fim de que os estudantes se concentrassem em seus estudos e responsabilidades da vida familiar. O Colégio Militar, assim como os colégios-internatos, organizava-se como um espaço de clausura, no qual o controle contínuo do tempo, do espaço e dos comportamentos dos adolescentes era condição para o funcionamento da pedagogia escolar. Ademais, nessas condições os estudantes recebiam uma formação mais completa, com disciplina e rotina mais rigorosas, como é propagada até nos dias de hoje.

A Organização Regimental do Colégio, estabelecia que o Imperial Colégio Militar sempre deveria ser comandado por um Superior Militar, de qualquer classe, efetivo ou reformado chamado Comandante e, que tivesse o curso de “[...] scientifico dos corpos, de engenheiros, de artilharia ou de estado-maior de 1ª classe” (Brasil, 1889, art. 10). O seu ajudante seria, portanto, um oficial, que exerceria a função de comandante do corpo de alunos e substituiria o comandante de 1ª classe quando houvesse impedimento. Esse substituto

exerceria também as “[...] atribuições de fiscal de todo o serviço militar e administrativo” (Brasil, 1889, art. 11).

A educação militar contribui para a formação de profissionais alinhados à ideologia dominante, ao instituir valores de obediência, submissão, dependência, paternalismo, assiduidade, pontualidade, racionalidade e meritocracia. Nessa perspectiva, independentemente de a educação escolarizada assumir um caráter civil ou de regime militar, ela constitui-se como uma instância de exercício de poder (Lima, 2018).

O Colégio constitui-se, ainda na contemporaneidade, como uma instituição que oferece espaço reduzido à expressão da subjetividade, uma vez que se estrutura a partir de rígidos dispositivos normativos e hierárquicos. Ao estabelecer que determinada função seja exercida por um oficial pertencente a qualquer comando, é possível aventar a hipótese de que o comandante do corpo de alunos assumiria a responsabilidade de conferir um direcionamento específico à instituição, em consonância com diretrizes que extrapolam a vontade individual do próprio comandante.

Tal arranjo normativo pode ser compreendido, portanto, não apenas como uma exigência administrativa, mas como uma estratégia institucional de vigilância, controle e regulação das práticas educativas, assegurando a reprodução de valores, comportamentos e hierarquias socialmente legitimadas. Nesse sentido, o colégio militar se apresenta como expressão de uma racionalidade estatal que atua sobre os sujeitos por meio da disciplina e da organização da vida escolar, antecipando mecanismos de controle que se articulam à própria constituição histórica do Estado moderno.

A origem do Estado, nessa concepção residiu, justamente, na emergência da propriedade privada, no momento em que uma dada coletividade – ou grupo social – apropriou-se privadamente daquilo que pertencia a todos, subordinando os demais, transformados em força de trabalho. Nessa perspectiva, o Estado nascia da necessidade de certos grupos de proprietários, agora privados, de assegurar, ocultar e universalizar sua apropriação, mediante leis e outras medidas coercitivas capazes de garantir aos despossuídos não apenas a manutenção desta condição, como também que contra ela não se rebelassem (Mendonça, 2014, p. 31).

No Brasil, a organização de polícias militares ocorre de maneira articulada e inspirada nos modelos francês e britânico de policiamento. O primeiro fundamenta-se em práticas de controle e vigilância dos indivíduos, orientadas pela lógica da segurança nacional; o segundo, de caráter predominantemente local, enfatiza o atendimento às demandas da comunidade,

bem como a garantia da segurança pública e das liberdades individuais (Santos, 2020). Ao analisar a atuação dos militares no Brasil, Souza (2025, p. 56), afirma que:

No Brasil é inegável a constatação de que os militares e o clero, como intelectuais tradicionais, mantêm importante papel nas relações políticas de forças. Nesse sentido, é importante chamar atenção para essa singularidade, uma vez que o fenômeno da politização dos militares, com ênfase nos tenentes, constitui uma característica histórica no Brasil.

Essa politização, ao se estender ao campo educacional, tem se dado por meio do alinhamento com setores conservadores e controle dos currículos, de modo a despolitizar a educação e naturalizar a desigualdade, ensinando que a ordem social é imutável e que a rebeldia deve ser reprimida e punida. Para que tal lógica se efetive no cotidiano institucional, tornam-se centrais os mecanismos de gestão, seleção e contratação dos profissionais que atuam nessas instituições.

A contratação dos funcionários que atuavam na instituição era realizada conforme apresentado no *Quadro 1*.

**Quadro 1** – Forma de contratação do Imperial Colégio Militar

Professores	Concurso Público
Adjunto	Ministro da Guerra
Médico	
Capelão	
Mestres	
Comandantes de Companhia	

*Fonte:* Barbosa (2022); Brasil (1889, art. 23).

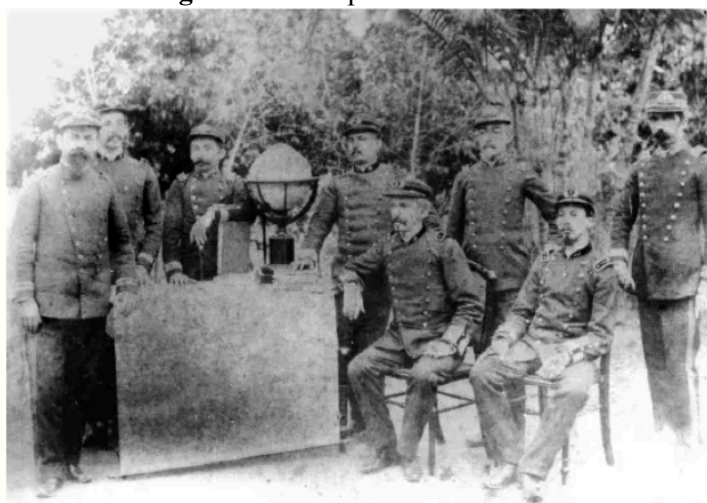
Conforme apresentado no artigo 37 da lei, apenas os professores teriam que ser contratados por concurso público, “[...] entretanto, em 1889, na falta de tempo hábil para um concurso e, como medida de urgência, os professores foram admitidos apenas pelo notório saber. [...] o concurso, previsto nos regulamentos foi sempre adiado, até 1920, quando então se realizou um concurso para professores” (Cunha, 2006, p. 141).

Os demais profissionais, inclusive, o professor de música, deveriam ser nomeados e demitidos livremente pelo Ministro da Guerra (Brasil, 1889, art. 37). Por serem concursados, os professores permaneciam no cargo por dez anos, de efetivo exercício, com direito à aposentadoria, mas com o condicionante de que a jubilação ficava a desígnio do Governo, pois se o pedido fosse feito pelo próprio professor, ele deveria comprovar, o motivo da

solicitação, por incapacidade de saúde física ou psicológica (Brasil, 1889, art. 38). Mas os primeiros professores nomeados foram:

Conselheiro Barão Homem de Melo, Geografia e História; 1º Tenente Armada Alfredo Augusto de Lima Barros e Capitão do Corpo de Engenheiros Antonio Vieira Arêas Junior, Matemática; José Ferreira da Paixão, Português e Francês; Cirurgião Mor de Divisão Dr. João Severiano da Fonseca, Ciências Físicas e Naturais; Horácio Fluminense, Música. Enquanto os primeiros adjuntos foram: Felisberto José de Menezes; 2º Tenente Armada Nelson de Vasconcelos e Almeida; Dr. Arlindo de Aguiar e Souza e Marcolino Caetano Leitão (Cunha, 2006, p. 142).

**Imagem 1 – O corpo docente militar em 1890**



Fonte: Museu do Colégio Militar do Rio de Janeiro. De pé (a partir da eq.): Alf Juvêncio Rodrigues, Ten Luiz Bello Lisboa, Cap Odoarto de Moraes, Maj Rodrigues de Campos, Henrique Miranda Rego e Cap Jônatas Barreto. Sentados (na mesma ordem): Cel Ribeiro Guimarães (Comandante) e Cap médico Dr. Luiz Carlos Duque Estrada.

*Fonte:* Cunha (2006, p. 134).

O fato de apenas os professores serem admitidos por concurso público, enquanto os demais profissionais eram nomeados e exonerados livremente pelo Ministro da Guerra, revela uma hierarquização funcional no interior da instituição. Tal configuração indica que o concurso conferia aos docentes um grau relativo de estabilidade e autonomia institucional, uma vez que, por serem concursados, permaneciam no cargo por um período determinado de dez anos. Entretanto, cabe problematizar em que medida essa estabilidade se traduzia, de fato, em autonomia didática e intelectual, considerando o contexto institucional e as possíveis limitações impostas pela própria estrutura hierárquica e pelos interesses do Estado.

Em contrapartida, os profissionais não concursados encontravam-se submetidos a vínculos precários, marcados pela instabilidade e pela dependência direta da autoridade ministerial. Essa condição ampliava o controle político-administrativo sobre esses agentes,

limitando sua autonomia profissional e tornando-os mais suscetíveis às orientações ideológicas e disciplinares do comando militar. Trata-se de “[...] departamentos que se articulam visando à reprodução dos saberes e culturas produzidos pela corporação. Os colégios militares federais constituem um dos ramos de atuação educacional e cultural do Exército [...]” que articulam o ensino militar à educação básica (Santos, 2020, p. 104).

O Imperial Colégio Militar comportava muitos profissionais, dentre os quais:

[...] seis professores, quatro adjuntos, um capellão, um medico, um mestre de esgrima, outro de natação e gymnastica, um professor de musica, e dos quatro commandantes de companhia, os quaes serão incumbidos da instrucção pratica que não estiver especialmente a cargo dos mestres (Brasil, 1889, art. 35).

Poderiam fazer parte do corpo profissional da instituição, capelão, médico, secretário e bibliotecário mesmo que eles não fossem pertencentes ao Exército, os demais profissionais como o quartel-mestre, os agentes e os quatro comandantes de companhia obrigatoriamente precisavam ser militares (Brasil, 1889, art. 12). Nessa organização, havia também porteiro, roupeiro, enfermeiro, guardas e serventes, mas os professores e os adjuntos só podiam exercer funções de secretário, escriturário ou bibliotecário: “Os logares de secretario, de bibliothecario e de escripturario poderão ser exercidos por professores ou adjuntos; todos com direito à gratificação marcada na tabella annexa” (Brasil, 1889, art. 13).

Os funcionários eram beneficiados com uma gratificação, mas tal vantagem só era atribuída àqueles que estavam em exercício da sua função e que não possuíssem faltas, ainda que justificadas (Brasil, 1889, art. 39 e 40). Ademais, quando os profissionais solicitavam licenças, por motivo de doença, essa condição não podia ultrapassar três meses e as outras licenças só eram concedidas pelo prazo máximo de 30 dias, o que significava que o salário seria reduzido pela metade. Ainda segundo o regimento, caso as faltas fossem de 30 dias consecutivos e sem justificativa, o comandante considerava o ocorrido como abandono do cargo, ainda que o trabalhador não houvesse manifestado interesse em renunciar ao trabalho (Brasil, 1889, art. 41 a 43).

Além dos deveres especiais de rotina, tanto o médico quanto o capelão, possuíam responsabilidades extras semanais. Ao médico incumbia realizar palestras sobre higiene geral e higiene militar e ao capelão preleção sobre a doutrina cristã (Brasil, 1889, art. 36). Como demonstra o *Quadro 1*, os adjuntos, médico, capelão, mestres e professor de música, bem como, os comandantes de companhia, eram nomeados e demitidos livremente pelo Ministro da Guerra sobre proposta do comandante (Brasil, 1889, art. 44).

Para esse fim, era necessário que os candidatos fizessem requisição ao Ministro, juntando à sua petição todos os documentos de habilitação e outros que lhes pudessem dar preferência na escolha feita pelo Comandante. Como é possível de observar, essa era uma abertura para quem tivesse indicação de alguém que possuísse influência política.

Para serem nomeados, os candidatos deveriam estar no gozo de seus direitos civis e políticos (art. 45). O artigo 46 informa que as petições de interesse seriam recebidas em determinada época específica, o que seria anunciado com antecedência, não sendo aceitos requerimentos em períodos diferentes. Ademais, os adjuntos ficavam limitados a processos seletivos que dependiam de documentação solicitada, a preferência do comandante e prazos, mas caso fossem nomeados professores, os dias de exercício seriam contados para a jubilação e ficariam sujeitos à inspeção dos professores concursados para instruções e orientações (Brasil, 1889, art. 46 a 50). As graduações dadas aos funcionários dependiam da sua posição na instituição, conforme apresentado no quadro a seguir.

**Quadro 2** – Graduações do Imperial Colégio Militar

Comandante	Coronel
Professores	
Capelão	Capitão
Médico	
Adjuntos	Tenente
Secretário	
Escriturário	
Professor de música	Alferes
Mestres	

*Fonte:* Barbosa (2022); Brasil (1899, art. 23).

Assim como ocorre nos dias de hoje, o uso dos títulos é um símbolo importante para as escolas militares, cívico-militares e escolas militarizadas, pois é a forma de dar notabilidade aos funcionários, enfatizando a hierarquia dos cargos e os princípios meritocráticos que a instituição defende<sup>5</sup>. Da mesma maneira ocorre com o uso de uniformes

<sup>5</sup> As escolas cívico-militares são administradas por uma equipe pedagógica em conjunto com os militares. Nessas escolas, os militares não realizam atividades didático-pedagógicas de ensino, mas se envolvem em atividades de assessoria, gestão, supervisão e controle disciplinar dos alunos. Os colégios militares ou militarizados, por sua vez, são mantidos com verbas do Ministério da Defesa ou da Polícia Militar local, obedecem a legislações próprias e possuem autonomia curricular e estrutura pedagógica. Esse formato, geralmente, possui professores com salários mais altos e fazem uma seleção rigorosa de alunos, além de atender os filhos de militares. Essas instituições formam boa parte dos jovens que querem seguir carreira militar no Brasil. Para uma melhor compreensão acerca das diferenças entre tais instituições sugerimos a leitura da dissertação de mestrado *Militarização das escolas públicas no Brasil: expansão, significados e tendências* (Santos, 2020).

e dos diferentes distintivos nos serviços do Colégio (Brasil, 1889, art. 69).

O *Quadro 2*, evidencia que os profissionais da instituição poderiam receber quatro tipo de graduações: Coronel que só seria dada ao Comandante; Capitão que poderia ser atribuída aos médicos, aos capelães e aos professores; Tenente atribuída aos adjuntos e secretários; Alferes para Escriurário, Professor de Música e demais mestres. Dessa forma, o processo de admissão ou desligamento dependia da assiduidade, controle de tarefas, disciplina aos professores e estudantes e respeito às patentes para manutenção da ordem.

O *Quadro 3* apresenta como eram compostos os conselhos no Imperial Colégio Militar.

**Quadro 3 – Conselhos do Imperial Colégio Militar**

Ajudante		X	X
Adjuntos	X		
Comissário			X
Comandante	X	X	X
Comandante de Companhia	X	X	X
Professores	X		
Secretário			X

*Fonte:* Barbosa (2022); Brasil (1899, art. 23).

Como demonstra o *Quadro 3*, a organização e as questões administrativas internas do Colégio eram realizadas por diferentes tipos de conselhos de instrução, disciplinar e econômico. E como o nome indica, a atividade de ensino era discutida no *conselho de instrução*, por isso nessa atividade, os professores e os adjuntos eram os protagonistas. Apesar disso, quando se tratava sobre a realização de atividades práticas, relacionadas com o desenvolvimento psíquico e intelectual dos alunos, os comandantes de companhia faziam parte do conselho tanto na ocasião das reuniões, quanto durante as votações.

O comissário, que fazia parte do conselho econômico, era nomeado pelo conselho administrador do patrimônio do Asilo dos Inválidos da Pátria (1865), que serviria gratuitamente para a escola, sendo ele, o conselho responsável por suprir qualquer necessidade da escola, de qualquer natureza, mediante a acordos (Brasil, 1889, art. 70). As reuniões eram marcadas no regimento interno, mas com possibilidade de haver convocação extraordinária caso o comandante julgasse necessário. Apesar de haver conselhos, o voto do comandante tinha caráter decisivo (Brasil, 1889, art. 55 e 56).

Como é possível perceber, o Comandante de Companhia e o Comandante eram os únicos que participavam dos três conselhos, portanto, os únicos que compreendiam a totalidade das atividades desenvolvidas pela instituição. A participação do Comandante de Companhia nos três conselhos evidencia que os mesmos não tinham autonomia decisória.

Essa centralização de poder em um comandante ou diretor é a base histórica do modelo de colégio-internato, modelo que o Colégio Militar herdou,

[...] o princípio do qual se originou o regime de internato dos colégios decorreu da necessidade de colocar os estudantes (crianças ou adolescentes) sob o controle (enclausurados), para que pudessem ter um bom desempenho em uma fase em que ainda não tem uma consciência clara de si mesmo (Conceição, 2019, p. 110).

Logo, o poder na figura do Comandante, sobrepondo-se inclusive às decisões dos conselhos, pavimentava o caminho para um regime institucional de vigilância ininterrupta, isso permitia que a instituição exercesse uma vigilância minuciosa sobre os alunos, inculcando valores morais específicos e mantendo um controle rígido sobre a criança e a infância no século XIX.

De acordo com Marcílio (1998), nesse período, diferentes associações filantrópicas e religiosas tinham o objetivo de moralizar o comportamento das crianças, especialmente as pobres. Este ideal passou a caracterizar as ações estatais e a concepção de criança e infância passou a ser modificada, sendo a infância burguesa, portanto, aquela em que a criança é cuidada e o centro de ações pedagógicas para conduzir bem as questões sociais.

#### *Admissão, regras e conduta dos alunos gratuitos e contribuintes*

Para a admissão dos alunos no Imperial Colégio Militar foram definidas condições para a matrícula, bem como o perfil de aluno que interessava à instituição. Para tanto, os pais ou os tutores deveriam apresentar ao Ministério da Guerra um requerimento acompanhado de diversos documentos, tanto para os alunos na condição de gratuitos quanto de contribuintes.

Conceição (2019, p. 109) ao falar da segunda fase da implantação dos colégios-internatos diz que

Os colégios modernos, já com o seu perfil característico – concentração de cursos dentro dos estabelecimentos, espaço específico, classes, séries, programa centrado no latim e no grego, controle contínuo dos conteúdos aprendidos, supervisão e disciplina – multiplicaram-se a partir do século XVI e consolidaram-se como instituições produtoras e reprodutoras de uma cultura geral distintiva nos segmentos burgueses, origem social predominante nos principais colégios europeus, sobretudo na França.

Nesse sentido, as exigências para admissão e o perfil seletivo dos alunos no Imperial Colégio Militar aproximam-se do modelo dos colégios-internatos modernos descritos por Conceição (2019), especialmente no que se refere à organização disciplinar, à centralidade do controle e à formação de uma cultura distintiva. Contudo, no caso da instituição militar, tais características são ressignificadas e intensificadas à luz dos objetivos da educação militar do Exército, voltados à formação de sujeitos alinhados à hierarquia, à disciplina e aos valores institucionais.

Conforme disposto no artigo 6.º, era necessário que os alunos tivessem idade entre 8 e 12 anos, no máximo (§ 1.º) e apresentassem atestado de vacinação<sup>6</sup>. Ademais, cada aluno faria uma prova de leitura e escrita, tal qual, também existe ainda hoje, nos Colégios Militares. Cunha (2007), aponta que esse processo envolvia uma dimensão assistencialista<sup>7</sup> e preparatória para a construção da nação conforme os preceitos do Exército.

Naquele contexto, já existia uma ordem de preferência para admissão dos alunos que estavam na condição de gratuidade, sendo ela: a) os meninos que eram órfãos de pai e mãe, b) meninos órfãos apenas de pai e c) os demais filhos de oficiais. Para essas três condições, havia ainda, um segundo ordenamento que dava preferência aos filhos de oficiais do Exército e das Forças Armadas que fossem efetivos, reformados e honorários, respectivamente. Haveria também preferência, se os matriculados fossem filhos de netos e mortos em combate, ou em ato de serviço militar de combatentes inutilizados ou feridos nas mesmas condições e, ainda filhos de oficiais com serviços de campanha, ou seja, que estivesse em combate efetivo (Brasil, 1889, art. 9.º).

<sup>6</sup> A vacina foi inventada em 1771, na Inglaterra. A primeira vacina chegou ao Brasil, em 1804, para imunizar contra a varíola. Em 1837, no Brasil Império, foi estabelecida a imunização compulsória contra a varíola nas crianças. No ano de 1846, o Decreto nº 464 criou o Instituto Vacínico do Império e, em 1900, o Instituto Soroterápico Federal, com o objetivo de fabricar soros e vacinas. Em 1903, o diretor-geral de saúde pública do Brasil, Oswaldo Cruz, estruturou a campanha contra a febre amarela em moldes militares, dividindo o Rio de Janeiro em dez distritos sanitários. Em seguida, Oswaldo Cruz iniciou sua luta contra a peste bubônica. No ano seguinte, 1904, a vacinação e revacinação contra a varíola virou obrigatória, mas o processo gerou um movimento popular conhecido como Revolta da Vacina. Em 1908, um novo surto de varíola e o reconhecimento internacional de Oswaldo Cruz fez a população aderir em massa à vacinação. Nas décadas seguintes, a ciência evoluiu consideravelmente e a população, por sua vez, passou a assimilar a importância das campanhas vacinais (Brasil, 2017).

<sup>7</sup> No contexto da educação militar, o chamado assistencial não correspondia, à época, a uma proposta de inclusão ou promoção social, mas assumia um caráter assistencialista, vinculado a uma lógica de controle e normalização social. Influenciado por concepções higienistas e eugênicas, esse modelo não visava superar desigualdades, mas administrar o fracasso escolar como algo naturalizado. Assim, o ensino assistencial subordinava-se ao preparatório, reforçando a disciplina e a formação voltada à profissionalização militar. Dessa forma, a educação militar priorizava a conformação de sujeitos à ordem institucional, em detrimento de uma perspectiva emancipatória (Freire, 2015).

Dessa forma, havia a possibilidade de gratuidade para os órfãos de oficiais falecidos, todavia, esta não era uma realidade para outras crianças em situações semelhantes de orfandade. Até a Proclamação da República (1889) tinha-se como objetivo a transformação da infância abandonada, em especial às crianças libertas pela Lei do Ventre Livre (1871), em trabalhadores úteis a fim de evitar a sua transformação em adultos que contestassem a ordem escravista. Para eles, o principal meio era “[...] a criação de escolas agrícolas, às vezes chamadas de fazenda-escola ou colônias agrícolas, aparecendo ainda, a expressão ‘colônias orfanológicas’” (Saviani, 2025, p. 163)

Em 06 de Maio de 1889, a *Gazeta de Notícias* publica a convocação de 45 alunos<sup>8</sup> para matrícula “[...] convido os Srs. pais, tutores e correspondentes dos candidatos à matrícula n’este Colégio serem inspeccionados e matriculados, visto já terem obtido a competente licença” (*Gazeta de Notícias*, 1889, p. 3), abaixo mostramos uma imagem dos primeiros alunos matriculados.

**Imagem 2** – Os primeiros alunos do Colégio Militar de 1889



Fonte: Cunha (2006, p. 137).

<sup>8</sup> Lista nominal, em ordem da nomeação: Francisco Oswaldo Pirassununga; Anselmo Correa Mascarenhas; Ernesto Cabella Guimarães; Luiz Dias Novaes; Gustavo Adolpho da Silva Menezes; Eduardo Brazil de Souza; João Barreto Picanço da Costa; Ascanio Monteiro Esteves; Heraclito Pires Ribeiro; Arnaldo José Pinto de Siqueira; Mario Soares Pinto; Ildefonso Pereira da Costa; Carlos Pedro da Silva; Frederico Augusto Olympio de Jesus; Gastão de Mello Cordeiro Gitahy; Ascanio Enéas de Mello Pacca; Cicero Ignacio de Souza Moura; Didimo Gomes da Silva; Julio Cesar Diogo; Adalberto Moreira de Souza; Nicanor Justino de Proença; Jonathas Candido do Sacramento; Carlos Leonardo de Campos; Eduardo Muniz Freire; José Luiz Teixeira Campos; Henrique Carneiro de Barros Azevedo; Dario de Niemeyer; Henrique Augusto da Silva Veiga; Oscar Pacca Velloso; João Paulo Miranda de Carvalho; Manoel de Moraes Cavalcanti; Alvaro Fontenelli; Abel Araripe de Cavalcanti de Albuquerque; Luiz de Calazans Rodrigues; Alberto de Oliveira Figueiredo; Americo de Castro Leal; Pedro de Oliveira Tamarino; João Hortencio de Mendonça Uchôa; Symphronio Alvares Coelho; Tiburcio Mariano Gomes Carneiro; Gastão da Fonseca e Silva; Evaristo de Vasconcellos Almeida; Amélia Maria de Figueiredo Araujo; Antar Maciel de Oliveira; Tancredo Eduardo da Silva Freitas (*Gazeta de Notícias*, 1889, p. 3).

Grande parte desses alunos era composta por estudantes gratuitos, filhos e netos de oficiais do Exército e da Armada, pois ficavam obrigados ao serviço militar ou, caso contrário, deveriam indenizar o colégio pelas despesas realizadas. Por outro lado, segundo o regulamento, a contribuição financeira ficava a cargo daqueles que não possuíam vínculo de parentesco com militares e que desejavam seguir a carreira militar (Cunha, 2006).

Nesse sentido, a situação econômica, a cor de pele e o parentesco eram regras implícitas na diferenciação da educação institucionalizada. Assim o são, uma vez que a admissão de alunos que possuíam parentesco com oficiais do Exército ou das Forças Armadas era uma prerrogativa que facilitava a inserção no Colégio. Segundo Cunha (2006) o número de alunos matriculados por ano atingiu 790 em 1906, superando significativamente o limite de 200 estudantes estabelecido pelo Regulamento de 1889. Cabe destacar que, desse total, cerca de 70% eram alunos gratuitos, enquanto os demais eram contribuintes. Ou seja, embora a dimensão assistencial fosse defendida oficialmente, o caráter preparatório voltado à carreira militar acabou prevalecendo, assim, mais do que atender a uma proposta assistencialista, o colégio se orientava cada vez mais para a formação interna do próprio Exército, reforçando um recrutamento mais fechado e vinculado à instituição.

#### *A estrutura curricular do Imperial Colégio-internato Militar*

No século XIX, o currículo passa a ser concebido como um objeto de reflexão e de interesse sistemático. As questões que orientam sua produção começam a ser examinadas, avaliadas e repensadas, não mais como simples ações técnicas, mas como processos intencionalmente fundamentados, voltados a explicar e justificar a adoção de determinados métodos e procedimentos (Moreira & Silva, 1999).

O Colégio foi pensado para ter como fins de organização a manutenção dos seus quadros militares considerando-se que a formação continuada dos alunos possibilitaria o ingresso deles no serviço militar o que permitiria que no futuro fizessem parte da profissão das forças armadas: “Os alumnos constituirão um corpo, ao qual será applicado o regimento disciplinar, economico e administrativo dos corpos do Exercito” (Brasil, 1889, art. 2.º).

A lei demonstra uma preocupação em garantir corpos para a carreira militar, por isso, estabeleceu que aqueles que entrassem no colégio de forma gratuita, ficariam obrigados à prestação de serviço militar, a não ser que fossem incapazes ou indenizarem o Colégio pelas

despesas com a sua formação (Brasil, 1889, art. 5.º). A construção do currículo configura-se como uma arena de poder e de disputas de interesses e, embora sua estrutura se baseie em uma forma organizacional, as implicações na constituição de seu campo estão igualmente associadas a processos de planejamento contingenciais e contextuais “O currículo existente, isto é, o conhecimento organizado para ser transmitido nas instituições educacionais, passa a ser visto não apenas como implicado na produção de relações assimétricas de poder no interior da escola e da sociedade, mas também como histórica e socialmente contingente” (Moreira & Silva, 1999, p. 21). A organização desse currículo evidencia que os conteúdos selecionados não são neutros, mas estruturados para formar sujeitos alinhados às hierarquias e às demandas da instituição militar, reforçando relações de poder, valores e interesses políticos.

Assim, após concluírem o curso, os alunos teriam preferência na matrícula, nos cursos de infantaria e cavalaria das Escolas Militares, sem necessidade de novos exames, sejam eles práticos ou teóricos. “Para esse efeito o Commandante enviará com antecedencia ao governo uma relação, na ordem de merecimento dos mesmos alumnos” (Brasil, 1889, art. 66). Ainda, os alunos que ao fim do curso obtiverem as medalhas de ouro, de que trata o § 5º do art. 32, contarão como tempo de serviço militar (Brasil, 1889, art. 73).

A duração dos estudos no Imperial Colégio Militar era em torno de cinco anos, exceto para os alunos que necessitavam de atenção especial devido à idade e ou devido ao fato de possuírem um “deficiente desenvolvimento intellectual” (Brasil, 1889, art. 21). Havia ainda uma seção preliminar de adaptação que durava dois anos, mas não era obrigatória para os alunos estivessem habilitados a matricular-se no 1º ano do Curso.

Em um contexto em que participar do exército era visto como uma punição:

[...] iniciar os alumnos, desde a juventude, na nobre profissão das armas, dirigirá sua educação e instrucção de modo que, ao terminarem os alumnos o curso, estejam aptos a proseguir em estudos superiores das Escolas Militares do Imperio (Brasil, 1889, art. 3.º, § único).

O regulamento analisado estabelecia ainda, que o Colégio funcionaria em formato de internato, e que mesmo admitindo alunos externos, como exceção, eles só poderiam sair da instituição após concluir as atividades teóricas e práticas do cotidiano (Brasil, 1889, art. 3º). O artigo 4º, estabeleceu que os alunos do Colégio Militar deveriam assentar praça – alistarem-se no exército – no ato da matrícula, mas essa frequência no Colégio não seria computada para efeito algum, com exceção para aqueles que “no fim do curso obtiverem as

medalhas de ouro [...]”. Nesses casos, os alunos poderiam usar o feito em todos os atos da vida civil ou militar, contando o percurso “[...] como tempo de serviço militar, para todos os efeitos, os dous ultimos annos do curso” (Brasil, 1889, art. 73). Dessa forma, a própria legislação evidencia que o ensino do Imperial Colégio Militar não se limitava à instrução acadêmica, mas operava como um instrumento de incentivo e internalização do desejo pela carreira militar, como se observa nos artigos 2º, 5º e 16º.

Nesse contexto, a valorização de distinções como as medalhas reforça uma lógica de diferenciação entre os alunos baseada no mérito, evidenciando que o currículo atua de maneira intencional na formação de disposições e hierarquias, corroborando a ideia de que “[...] o currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social” (Moreira & Silva, 1999, p. 8).

Portanto, a organização da escola militar se ancora na valorização da ordem, da tradição e da hierarquia, em uma perspectiva conservadora, mas também pode-se evidenciar que ela traz a característica neoliberal quando aponta em seu regulamento o mérito e o merecimento<sup>9</sup> estabelecidas desde o seu funcionamento, valorizando o desempenho individual, a competição e o esforço pessoal.

Os estudos eram distribuídos em 18 aulas, organizadas conforme o *Quadro 4* a seguir.

**Quadro 4** – Currículo do Imperial Colégio Militar

1ª	Grammatica nacional;
2ª	Estudo completo da lingua vernacula e noções de litteratura nacional;
3ª	Grammatica, leitura e versão facil do francez;
4ª	Versão, themas e conversação do francez;
5ª	Inglez: grammatica, leitura e traducção;
6ª	Allemaõ: grammatica, leitura e traducção;
7ª	Arithmetica: estudo completo;
8ª	Algebra: noções preliminares, operações algebraicas, resolução das equações do 1º e 2º grãos, analyse indeterminada do 1º grão;
9ª	Geometria preliminar e trigonometria rectilinea, primeiras noções sobre as secções conicas, a conchoide, a espiral, a cissoide, a cycloide, a helice e a limaçon de Pascal;
10ª	Resolução das equações do 3º e 4º grãos e das equações binomias, resolução numerica das equações, noções geraes sobre as series, complemento do estudo das progressões, seguido das series mais simples. Geometria descriptiva: noções preliminares, problemas sobre a linha recta e o plano, classificação das superficies, noções sobre tangentes e planos tangentes;
11ª	Historia antiga e media;
12ª	Historia moderna, contemporanea e patria;

<sup>9</sup> Convém mencionar ainda que conforme estabelecido no artigo 32, as medalhas de ouro eram denominadas Duque de Caxias, Almirante Barroso, Marquez do Herval, Visconde de Inhaúma e Conde de Porto Alegre (Brasil, 1889, art. 32, § 5º).

13 <sup>a</sup>	Geographia universal;
14 <sup>a</sup>	Geographia e chorographia do Brazil;
15 <sup>a</sup>	Cosmographia, precedida das noções indispensaveis de cinematica elementar e de geometria celeste;
16 <sup>a</sup>	Noções de sciencias physicas e naturaes (physica, chimica, mineralogia, geologia, botanica e zoologia);
17 <sup>a</sup>	Desenho e geometria pratica;
18 <sup>a</sup>	Topographia: planimetria, nivelamento, agrimensura e desenho topographico. Legislação de terras.

*Fonte:* Barbosa (2022); Brasil (1899, art. 23).

Ao longo do século XIX, as reformas no ensino militar brasileiro estiveram profundamente articuladas ao processo de profissionalização do Exército, especialmente após a lei de 1850, que passou a regulamentar a ascensão na carreira. Inicialmente, marcada por critérios como origem social e relações políticas, a formação dos oficiais foi gradualmente reorganizada sob influência de modelos europeus, sobretudo prussiano e francês, com o objetivo de tornar a instituição mais eficiente e moderna, ainda que sem romper totalmente com estruturas tradicionais e aristocráticas (Cunha, 2006).

O currículo evidencia que a formação no Imperial Colégio Militar está diretamente articulada à construção de uma carreira militar estruturada, disciplinada e hierarquizada. Conforme Cunha (2006, p. 135) “O currículo, nesse aspecto, não deixa dúvidas quanto ao caráter preparatório da instituição que visava, prioritariamente, formar bons quadros para a carreira das armas”. Nesse quadro, o currículo se divide em três dimensões principais: técnica, voltada à prática militar, intelectual, para a cultura e erudição, moral e política, trazendo valores e identidade. O objetivo, como podemos ver, não era apenas formar soldados, mas oficiais preparados tecnicamente e intelectualmente para atuar em diferentes funções dentro do Exército, especialmente nas áreas de engenharia, artilharia e administração militar, ao mesmo tempo em que incorporavam valores de disciplina, hierarquia e identidade nacional, fundamentais para a consolidação do Exército enquanto instituição do Estado imperial.

A organização do Colégio distribuía os alunos – para a realização das atividades práticas – em companhias comandadas por oficiais, considerando-se o desenvolvimento psíquico e intelectual dos alunos. Segundo Verônica Gesser (2002, p. 72) o currículo “[...] nos anos anteriores a 1900, enfatizou valores baseados nas tradições históricas do Ocidente. Nos anos que precederam o século XIX, o currículo foi centrado basicamente em desenvolvimento de habilidades profissionais”, o que, no caso das escolas militares, se

expressa na ênfase em um ensino técnico voltado à formação profissional dos alunos para o exercício da carreira militar, como demonstra o *Quadro 4*, os alunos aprendiam francês, inglês e alemão, além de letras, literatura nacional, matemática e física, história antiga, média, moderna, contemporânea e história da pátria, geografia, astronomia, ciências naturais, artes e topografia, além disso, no currículo escolar tinham como essencial o ensino de matérias, como:

Educação moral e religiosa, direitos e deveres do cidadão e do soldado, noções praticas de disciplina, economia e administração militar, nomenclatura e manejo das armas em uso, natação, gymnastica, musica, equitação, tiro ao alvo, esgrima, evoluções militares das tres armas, desde a escola do soldado até á do batalhão, do esquadrão e da bateria, trabalhos praticos das tropas de engenharia (Brasil, 1889, Art. 25, § único).

Pode-se perceber que desde o princípio as escolas militares possuíam um currículo atrelado ao ensino da doutrina cristã, que vem com a especificidade do viés conservador em que a instituição é pensada e criada valorizando a preservação de tradições, além disso contribui para analisarmos as demais escolas militares criadas e implementadas, posteriormente.

As aulas do Imperial Colégio Militar deveriam ser ministradas por professores e por adjuntos, mas o comandante possuía total liberdade para designar oficiais para auxiliar no ensino “[...] a seleção que constitui o currículo é o resultado de um processo que reflete os interesses particulares das classes e dos grupos dominados” (Malta, 2013, p. 348), o currículo trata-se de uma construção pensada e sistematizada aos interesses da classe dominante.

Parafraseando Gramsci (2017), essa dinâmica pode ser compreendida a partir da atuação dos *Aparelhos Privados de Hegemonia* (APHs), entre os quais a escola ocupa papel central. Nesse sentido, o Colégio reforça a presença de intelectuais orgânicos vinculados ao projeto estatal e militar, responsáveis por difundir valores, normas e visões de mundo que contribuem para a organização do consenso.

Os alunos, caso obtivessem aprovação em todas as matérias do curso, ganhariam título de agrimensor, mas por ser uma graduação com foco na área de Ciências Exatas, teriam de ter aprovação plena nas matérias de matemática, geografia, cosmografia, desenho linear e topografia (Brasil, 1889, art. 65). No artigo 67, a lei enfatiza que o aluno reprovado duas vezes na mesma matéria ao atingir os 16 anos, seria expulso, exceto se estivesse no seu penúltimo ano, então poderia continuar no colégio, mas de forma externa até a conclusão do

curso, com a exigência de não repetência ou correria o risco da sua completa expulsão.

Ademais, a quantidade de vagas para os alunos seria disponibilizada de acordo com os recursos que o Ministério de Guerra dispusesse, com alterações a cada ano. As vagas seriam divididas entre dois terços de gratuitos e um terço de contribuintes (Brasil, 1889, art. 76). Dessa maneira, apenas o número de candidatos contribuintes poderia ultrapassar a quantidade especificada, pois o número de candidatos gratuitos, se ultrapassassem a quantidade disponibilizada, só poderiam ser admitidos como contribuintes.

Em relação aos custos, o artigo 77 da Lei estabeleceu que:

Os alumnos contribuintes pagarão, adiantado, de uma só vez, no acto da matricula, a joia de 50\$000 e a pensão annual de 500\$000 em duas prestações. Os externos pagarão a joia de 30\$000 e a pensão annual de 400\$000, tambem em duas prestações semestraes. Estas contribuições poderão ser pagas em prestações mensaes, quando os alumnos forem filhos de militares ou de empregados dos Ministerios da Guerra e da Marinha (Brasil, 1889, art. 77).

Além disso, os alunos eram obrigados também a fornecer o enxoval, que seria anualmente renovado, de acordo com o regimento interno, mas o Colégio ficaria a cargo da lavagem e engomado da roupa. Enquanto os alunos gratuitos, cujos pais pertencerem ao quadro efetivo do Exército ou oficiais reformados, eram obrigados a fornecer metade do enxoval (Brasil, 1889, art. 77, § único e art. 78).

No que se refere às despesas do Colégio, primeiramente seriam utilizados os recursos da joia da Coroa e da pensão, ou seja, em linhas gerais, trata-se da mensalidade que são pagas pelos alunos no ato da matrícula, posteriormente, caso houvesse necessidade, seriam utilizadas as sobras dos rendimentos do patrimônio do Asilo dos Inválidos da Pátria (Brasil, 1889, art. 79).

Os parágrafos do artigo 79, explicam, que o recebimento da quantia e os gastos seriam efetuados na Pagadoria das Tropas<sup>10</sup>, lançados em livros especiais rubricados pelo diretor da Repartição Fiscal (§ 1º); a prestação de gastos ocorreria no mês de fevereiro de cada ano (§ 2º); e, que a Pagadoria das Tropas ficaria responsável em disponibilizar uma cópia da conta corrente à Secretaria de Estado para serem publicados e anexados no relatório do Ministério da Guerra e ao presidente do conselho administrador do patrimônio do Asilo dos Inválidos da Pátria (§ 3º).

<sup>10</sup> “A Pagadoria das Tropas da Côte é a Repartição por onde tem de correr toda a despeza do Ministerio da Guerra, que houver de ser effectuada no municipio neutro, exceptuando aquella, cujo pagamento pertença por sua natureza ao Thesouro” (Brasil, 1863, art. 1.º).

Ainda na parte que tratava da Organização Regimental, o artigo 14 definiu que os alunos do Colégio seriam distribuídos em quatro companhias, que seriam comandadas por oficiais subalternos, do respectivo curso, de modo que haja um de cada arma, e algum deles possuísse também o curso de engenharia. Apesar de dizer que, tanto quanto possível, era importante que tais instituições atendessem “[...] ao desenvolvimento physico e intellectual dos mesmos alumnos e aos annos do curso em que estiverem matriculados”, a norma não mencionou quais seriam as Companhias (Brasil, 1889, art. 14). Na continuidade da orientação sobre o corpo de alunos, o capítulo IV evidencia como sua primeira intenção, a continuidade na formação militar:

Como escola pratica dos deveres do soldado no seio de um batalhão, e como estímulo para desenvolver o gosto pelo estudo e inclinação á carreira militar, os alumnos serão graduados, por merecimento, nos diversos postos, desde o de commandante até o de cabo de esquadra, usando dos distinctivos marcados no regimento interno. As promoções a esses postos serão da attribuição do Commandante do Colégio, sobre proposta do Conselho de instrucção (Brasil, 1889, art. 16).

O mérito, vai se expandindo para o campo escolar como um princípio de legitimação das desigualdades. Ele sustenta a ideia de que posições sociais são conquistadas por esforço individual, ao mesmo tempo em que oculta os condicionantes sociais como origem, capital cultural, etc. (Setton; Martucceli, 2015) No século XIX aparece ligado à disciplina e à hierarquia militar e, por isso, o merecimento deve ser problematizado: ele não é apenas reconhecimento de valor, mas também um mecanismo simbólico de distinção e exclusão.

No parágrafo único, do artigo 17, foram definidas como as atribuições dos alunos deveriam ser denominadas, sendo elas: “Alumno commandante, alumno major, alumno ajudante, alumno capitão, alumno tenente, alumno alferes, alumno porta-bandeira; e para os alumnos inferiores e cabos as mesmas do Exército, precedendo sempre a palavra ‘alumno’” (Brasil, 1889, § único).

Em relação às obrigações dos alunos, os artigos 18 e 20 estabeleciam que eles deveriam assumir funções nos postos gerais que o instrutor determinasse e nas formaturas solenes, sempre sob a direção e inspeção de oficiais do Colégio. Ademais, havia a orientação de que “Excepto as faxinas ou qualquer outra faina incompativel com a idade dos alumnos, todo o serviço será feito por elles, segundo suas graduações” (Brasil, 1899, Art. 20).

A ideia de postos e atribuições nominais para os alunos parte de uma concepção utilitarista de educação, na qual as premiações eram uma forma de estimular a competição, a

meritocracia, o autoritarismo e afeição pela carreira militar, já que os alunos assumiam funções ao nível dos seus postos em exercício gerais e eram revestidos de insígnias que estabeleciam diferenciações baseadas no mérito<sup>11</sup>.

Ainda era especificado na lei sobre as recompensas e as penas, evidenciando que o Colégio tem como pressuposto demandar recompensas e penas, para os alunos que detinham boas e más notas ou bons e maus comportamentos. O bom comportamento era devolvido em licenças para passeios e promoção para diversos postos, que deliberam disputas, segregação e exclusão como aluno comandante, aluno major, aluno capitão entre outros, ao final, também medalhas de ouro para os cinco melhores alunos com mais destaques durante o ano letivo (Brasil, 1889, art. 32).

**Quadro 5 – Recompensas do Imperial Colégio Militar**

§ 1º Boas notas nos livros das aulas	Professores
§ 2º Licenças excepcionaes para passeio	Comandante
§ 3º Elogio em ordem do dia regimental	Comandante
§ 4º Promoção aos diversos postos do corpo de alunos	Comandante
§ 5º Medalhas de ouro denominadas: Duque de Caxias, Almirante Barroso, Marquez do Herval, Visconde de Inhaúma e Conde de Porto Alegre	Ministro da Guerra

Fonte: Barbosa (2022); Brasil (1899, art. 32).

Como evidencia o *Quadro 5*, os professores poderiam atribuir recompensas para as questões relacionadas ao ensino escolar, as atividades de rotina eram recompensadas pelo comandante e as medalhas de ouro eram realizadas pelo Ministro da Guerra com a demanda dos Conselhos de instrução e disciplinas reunidos. Tal premiação, era realizada em solenidade, no fim do curso, na ordem citada, aos cinco alunos que mais se distinguiram, tanto no estudo das disciplinas, como em procedimentos de rotina do curso.

**Quadro 6 – Punições do Imperial Colégio Militar**

§ 1º Notas más nos livros de aulas	Professores
§ 2º Privação de recreio, com ou sem trabalho	Professores
§ 3º Exclusão momentanea da aula ou do campo de exercício	Professores
§ 4º Privação de sahida nos dias determinados	Comandante
§ 5º Reprehensão particular ou em ordem do dia	Comandante
§ 6º Baixa temporaria das graduações	Comandante
§ 7º Baixa definitiva das graduações	Comandante
§ 8º Prisão na sala do estado-maior	Comandante
§ 9º Expulsão atenuada	Conselhos de instrução e disciplinar

<sup>11</sup> Uma das pesquisadoras estudou em escola militar e no cotidiano dessas instituições a prática da meritocracia persiste. Nesse aspecto, a lei contribui para compreender que tais práticas são reproduzidas pelas escolas militares desde as primeiras instituições.

Para as penas, podemos perceber que em sua maioria o castigo estava vinculado em ser aprisionado e privado de atividades de lazer, também causando prejuízo em relação às atividades de sala de aula. Segundo o artigo 34, do mesmo código, quando ocorria expulsão, ela era classificada em dois tipos. A expulsão atenuada era aquela em que um conselho de votação decidia se o aluno poderia permanecer ou não na instituição e a expulsão ostensiva era realizada de maneira imediata, sem direito de representação<sup>12</sup>.

Tal ordenação, especialmente da prisão, se aproxima com o dito sadismo pedagógico apontado por Manacorda (2022), marcado por castigos corporais, privação da liberdade e por uma didática repetitiva. Nesse ínterim, o Imperial Colégio Militar em formato de internato dispunha de práticas enraizadas no passado, mas com necessidades da ordem do dia, de modo a se adequar às mudanças históricas internacionais e nacionais, o que se evidencia no público de órfãos admitidos, na organização da instituição, na educação e escolarização das crianças e na formação de militares, que adentrariam a fase republicana do Brasil.

### Considerações Finais

O artigo realizou uma análise do Decreto nº 10.202, promulgado em 9 de março de 1889, que aprovou o Regulamento do Imperial Colégio Militar. O estudo buscou compreender se o modelo implementado no século XIX seguiu os parâmetros dos colégios-internatos que surgiram no século XV. A pedagogia do internato, forjada no contexto dos colégios-internatos europeus, especialmente na França, surgiu como resposta histórica sustentada em um modelo educacional existente desde a Idade Média. A permanência histórica do modelo colégio-internato esteve diretamente associada à atuação de profissionais responsáveis pela vigilância cotidiana dos estudantes. O internato organizava-se como um espaço de clausura no qual o controle contínuo do tempo, do espaço e dos comportamentos era condição para o funcionamento da pedagogia escolar.

A formação militar voltada à infância respondeu, historicamente, à necessidade de disciplinar e moldar precocemente corpos e condutas, justificando-se na formação de

<sup>12</sup> A análise da lei contribui para compreender o motivo pelo qual as escolas militares ainda reproduzem tais práticas, uma vez que, no cotidiano dessas instituições, elas permanecem vigentes. Além disso, é importante considerar que uma das autoras é oriunda de uma escola com gestão militar, o que pode influenciar sua percepção e análise sobre a permanência dessas práticas.

militares desde cedo. A inserção de crianças nas escolas militares ocorria, em grande medida, pelo histórico familiar, especialmente entre filhos de militares, órfãos ou vinculados ao Asilo dos Inválidos da Pátria, evidenciando uma política de amparo que, simultaneamente, operava como mecanismo de controle social. Admitidos entre 8 e 12 anos de idade, esses meninos eram submetidos ao regime de internato, no qual disciplina e instrução se articulavam à educação moral e religiosa, à aprendizagem dos direitos e deveres do cidadão e do soldado e à vigilância permanente de comportamentos infantis e juvenis.

O estudo evidencia que a formação militar não constitui uma preocupação recente, estando presente desde a Antiguidade, passando pela educação cavaleiresca medieval e pelos colégios modernos europeus, marcados pela disciplina, pelo internato e pelo controle do tempo e do espaço educativos. Esses colégios consolidaram-se como instituições produtoras de uma cultura escolar disciplinar, inicialmente voltadas às elites e à burguesia, e posteriormente apropriadas pelo Estado como instrumento de formação e controle social. No Brasil, a criação do Imperial Colégio Militar insere-se no contexto do Império, da Guerra do Paraguai, das transformações econômicas e políticas do século XIX e do fortalecimento do Exército como pilar da ordem social, momentos em que o modelo superado de governo tentava se firmar.

O colégio foi pensado com princípios conservadores, mas também com características contemporâneas, visto que utilizam de valores para a venda da educação. Ainda, a Lei deixa claro que além dos alunos, todos os funcionários incluindo os professores ficariam sujeitos ao regime militar, o que evidencia a intenção da escola a ser implementada desde o início. Dessa forma, apesar das aulas do colégio serem ministradas por professores e adjuntos, o comandante possuía total liberdade para designar oficiais para auxiliar no ensino dos estudantes. Assim como nos colégios modernos e confessionais, em que a disciplina e a vigilância eram concebidas como condições indispensáveis à formação moral dos alunos, às escolas militares também se estruturam a partir do pressuposto de que a ordem e a obediência constituem pré-requisitos fundamentais para o processo educativo.

A educação estruturava-se sob uma concepção utilitarista e meritocrática, que diferenciava os alunos segundo critérios de desempenho, origem social e condição de gratuidade, reservada, entre outros, aos órfãos de pai e mãe. Mesmo os alunos gratuitos, cujos pais integravam o quadro efetivo do Exército ou eram oficiais reformados, assumiam

obrigações materiais, como o fornecimento de parte do enxoval, o que revela contradições entre assistência e responsabilização.

Os colégios-internatos demonstram que os procedimentos de ensino servem como modelo não somente para escolas militares, mas também para escolas não militares, visto que alguns procedimentos são de uso ainda nos dias de hoje, dentre eles podemos citar: avaliações, cronograma escolar, conselhos e penalidades.

Assim, os colégios expressam, no campo educacional, o projeto burguês de ordenação social, no qual a instrução assumiu um papel estratégico na produção de sujeitos úteis, obedientes e alinhados aos interesses do Estado e da nascente sociedade industrial. Ao mesmo tempo em que se difundiam os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, consolidavam-se formas educativas que reforçavam a separação entre classes, reservando a formação técnico-científica e dirigente a determinados grupos, enquanto à maioria era destinada uma educação conformadora, moralizante e funcional ao trabalho (Costa, 2024).

Desse modo, a militarização do ensino se insere como um dos mecanismos históricos de gestão da pobreza, de contenção dos conflitos sociais e de fortalecimento do poder estatal, articulando disciplina escolar, racionalidade produtiva e projeto político de controle social. Os colégios militares não podem ser compreendidos como um fenômeno isolado, mas como parte constitutiva do movimento de racionalização, controle e utilitarização da educação.

Em suma, a análise demonstra que, embora concebida no período Imperial, a educação militar infantil incorporou desde sua origem princípios liberais, especialmente no que se refere ao mérito, ao merecimento e à diferenciação entre alunos, elementos que marcaram profundamente a constituição da infância escolarizada nas instituições brasileiras.

## Referências

Barbosa, Rosiane da Silva. **Um estudo comparativo entre as escolas militares e as escolas regulares: o que nos diz o currículo?** Relatório Final (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica). Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2022-2023.

Barbosa, Rosiane da Silva. **A implantação dos primeiros colégios militares: recorte histórico e político do Brasil e do Amazonas.** Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia). Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2024.

Brasil. Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). **Cronologia histórica da saúde pública.** Brasília: FUNASA, 2017.

Brasil. **Decreto n.º 3202 de 24 de dezembro de 1863**: Approva o Regulamento para a Pagadoria das Tropas da Côrte. Rio de Janeiro: Coleção de Leis do Império do Brasil.. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em 26 jan. 2024.

Brasil. **Decreto nº 10.202, de 9 de março de 1889**: aprova o Regulamento para o Imperial Colégio Militar. Rio de Janeiro: Coleção de Leis do Império do Brasil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 24 set. 2022.

Conceição, Joaquim Tavares da. Princípio do internato escolar: primórdios, práticas e permanências no Brasil. **Revista Interfaces Científicas - Educação**, v. 7, n. 2, p. 107 – 120, 2019.

Costa, Nayara de Souza Costa. **Educação para conformação**: os pressupostos cristãos e os fundamentos da pedagogia social. Dissertação (Mestrado em Educação). Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2024.

Cunha, Beatriz Rietmann da Costa. Assistência e profissionalização no Exército: elementos para uma história do Imperial Colégio Militar. *In*: ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História. São Leopoldo: **Anais do XXIII SNH ANPUH**, 2007. Disponível em: <https://anpuh.org.br>. Acesso em: 08 fev. 2026.

Cunha, Beatriz Rietmann da Costa e. **Assistência e profissionalização no Exército**: elementos para uma história do Imperial Colégio Militar. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2006.

Ferraro, Alceu Ravello. Liberalismos e educação. Ou por que o Brasil não podia ir além de Mandeville. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14 n. 41, p. 308-395, 2009.

Freire, Fábio Facchinetti. **“Estamos alunos”**: um estudo sobre a identidade contemporânea dos alunos do Colégio Militar do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2015.

Gazeta de Notícias. **Declarações**: Imperial Colégio Militar. Ano XV, Número Avulso 40 RS, Rio de Janeiro, 06 de maio de 1889, p. 3. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>. Acesso em: 23 de abr. 2026.

Gesser, Verônica. A evolução histórica do currículo: dos primórdios à atualidade. **Contrapontos**, nº 4, p. 69-81, 2002.

Ghiraldelli Junior, Paulo. **História da educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 2006.

Gramsci, Antônio. **Cadernos do cárcere**: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Vol 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

Larroyo, Francisco. **História geral da pedagogia**. Trad. Luíz Aparecido Caruzo. 10 Ed. - São Paulo: Mestre Jou, 1970.

Lima, Maria Eliene. **A educação para a cidadania e a militarização para a educação**. Dissertação (Mestrado em Educação). Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2018.

Lima, Iana Gomes de; Golsbspan, Ricardo Boklis; Santos, Graziella Souza dos. Mapeando o conservadorismo na política educacional brasileira. **Educar em Revista**, v. 38, e85338, 2022.

Luzuriaga, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. Trad. Luiz Damasco Pena. 18 Ed. - São Paulo: Editora Nacional, 1990.

Malta, Shirley Cristina Lacerda. Uma abordagem sobre currículo e teorias afins visando à compreensão e mudança. **Espaço do currículo**, v. 6, n. 2, p. 340-354, 2013.

Manacorda, Mario Alighiero. **História da educação**: Da antiguidade aos nossos dias (Portuguese Edition). Cortez Editora. Edição Kindle, 2022.

Marcílio, Maria Luiza. **História Social da Criança abandonada**. São Paulo: Editora Hucitee Ltda., 1998.

Mendonça, Sônia Regina de. O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica. **Revista Marx e o Marxismo**, v. 2, n. 2, p. 27–43, 2014.

Moreira, Antônio Flávio; Silva, Tomaz Tadeu (Orgs.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. 3 Ed. - São Paulo: Cortez, 1999.

Santos, Eduardo Junio Ferreira. **Militarização das escolas públicas no Brasil**: expansão, significados e tendências. Dissertação (Mestrado em Educação). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2020.

Saviani, Dermeval. **Aberturas para a história da educação**: do debate teórico-metodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil. São Paulo: Autores Associados, 2013.

Saviani, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 7 Ed. - São Paulo: Autores Associados, 2025.

Severino, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24 Ed. - São Paulo: Editora Cortez, 2016. (2016).

Setton, Maria da Graça Jacintho; Martuccelli, Danilo. A escola: entre o reconhecimento, o mérito e a excelência. **Educação e Pesquisa**, v. 41, n. especial, p. 1385-1391, 2015.

Silva, Eduardo Moraes Lameu. Breves comentários da Constituição Imperial de 1824. **Athenas**. v. 2, 2014.

Souza, Ana Karoline Nogueira. O protagonismo dos intelectuais na revolução passiva brasileira: uma análise da atuação dos militares. In: Gomes, Cláudia *Et al.* **A crise do capital**: marco histórico e expressões atuais no Brasil. Recife: Editora UFPE, 2025.

**Submetido em:** 10 de fevereiro de 2026

**Avaliado em:** 08 de abril de 2026

**Aceito em:** 09 de maio de 2026